

A PREMENTE NECESSIDADE DE REVELAR OS AUTORES DO ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO

Marie Madeleine Hutyra de Paula Lima¹

Na rede social recebi um manifesto de estranheza em se atribuir ao assassinato de Marielle Franco, no Rio de Janeiro na noite de 14 de março de 2018, a ampla divulgação e indignação que estava recebendo da imprensa e de autoridades. Considerava que muitas pessoas, infelizmente, são assassinadas diariamente, sem merecerem esta projeção! Talvez, fosse até uma dúvida de momento, sujeita a mudanças diante de maiores informações...

As averiguações estão sendo realizadas e nada de concreto se alcançou quanto à autoria, e aos eventuais mandantes, do assassinato da vereadora e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes. Isto me levou a compilar alguns dados.

Em princípio, concordo que a vida de todas as pessoas tem valor igual perante a lei e deveria merecer todo o respeito e proteção da sociedade.

¹ Membro do IBAP – Advogada; Mestre em Direito do Estado – Direito Constitucional (PUC); Mestre em Ciências (Patologia Social) FESPSP.

Outros dois projetos aprovados e sancionados eram assinados em conjunto com colegas:

- “Restrição de funções que podem ser exercidas por Organizações Sociais (OSs) em hospitais”, o que contribuiu para reduzir a cobrança do controle da responsabilidade direta da Prefeitura na qualidade de prestação de serviços de atendimento da população, e
- “Legalização da profissão de mototaxistas”, para reduzir a forma de exploração do serviço prestado por esses trabalhadores.

A participação das pessoas da sociedade civil influenciando no poder, nas relações de governo, constitui exercício efetivo de soberania interna. O trabalho de Marielle visava estimular, no grupo de pessoas que ela reunia, o crescimento da consciência de cidadania, o reconhecimento de seus direitos, principalmente das minorias, entre elas as mulheres, grupos de LGBT e negras, e elevar o grau de sua participação.

A vereadora era presidente da Comissão permanente da Defesa da Mulher na Câmara e, nessa qualidade, emitiu parecer favorável a projetos, como de Renato Cinco, que “proíbe inquirir sobre a orientação sexual” em empresas públicas ou privadas. Trata-se de atitude contra a discriminação das pessoas por orientação sexual e constitui ato que convalida direito constitucional.

Atuava, ainda, na conscientização de moradores, pessoas de baixa renda, sobre o risco de negócios envolvendo loteamentos fundamentados em mera posse de terras, resultados de grilagem na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e empreendimentos irregulares, sem fiscalização da Prefeitura, conforme afirmado pelo Secretário de Segurança, Sr. Richard Nunes. (Entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”, em 14/12/2018)

O assassinato de Marielle Franco ultrapassou a perda de sua pessoa unicamente...

Distribuída a notícia pela agência Associated Press, a morte de Marielle repercutiu rapidamente também na imprensa internacional: “The New York Times”, “The Washington Post” e na rede “ABC News”; no “Clarín” e no site do jornal “The Guardian”.

Segundo Pablo Ortellado, filósofo e professor de gestão de políticas públicas, a grande comoção pelo País com esse assassinato deveu-se a uma conjunção de dois fatores. Como mulher negra da favela, a vereadora representava para a esquerda a ascensão desses novos movimentos. No entanto, ela também representava a renovação, com uma prática política mais idealista, que não tinha sido corrompida. Esse segundo fator teria sido o mais decisivo para a comoção atingir também grupos que não estão na zona de influência da esquerda. A indignação refletiu o respeito por sua trajetória, capaz de mobilizar e sensibilizar setores diferentes. (Nexo Jornal, expresso, 17/03/2018)

Nascida na Favela da Maré, formada em Sociologia pela PUC do Rio de Janeiro, com mestrado em Administração Pública, seu histórico de atuação como vereadora - representando membros numericamente significativos da sociedade no Rio de Janeiro, embora vulneráveis economicamente - e a bandeira de lutas políticas que empunhou ultrapassaram a importância de sua figura pessoal.

Antes de sua candidatura, havia trabalhado por alguns anos como assessora do deputado estadual Marcelo Freixo, da bancada do PSOL,² onde teve oportunidade de ir conhecendo a problemática da

² Texto publicado por Marcelo Freixo em sua página no Facebook, homenageando Marielle Franco, após seu assassinato:

“Minha irmã amiga de tantas lutas, de tantos risos, sonhos, choros e abraços. Que saudade vou sentir de você. Corta o peito! Como foi difícil e bonito ver seu nome nos cartazes e vozes de tantos jovens nas ruas do Rio. Nas mesmas ruas que andamos juntos, hoje vi uma multidão chorar e transformar você num símbolo de tudo que você foi. Foi não! É!

Mari. Como eu queria que você estivesse comigo hoje na Alerj e na Cinelândia. Você sempre esteve ali comigo. Foi a primeira vez que fui sem você. Não é que você estava lá!? Estava nos sonhos de toda uma geração! Que coisa bonita, amiga. Quanto orgulho sinto de você! Você sabe!

Seu nome estava em todos os lugares do mundo! Lembrei das inúmeras reuniões que fizemos com o povo da comissão, dos casos que atendemos, das visitas nas

população mais vulnerável da cidade do Rio e formar seu objetivo de atuação posterior como vereadora e se lançar na candidatura para vereadora.

As irregularidades relatadas pelo Secretário de Segurança, sugerindo a vinculação do assassinato de Marielle ao trabalho de conscientização da população pobre contra negócios com grileiros de terras, vieram à tona com a ampla veiculação pela imprensa sobre o desmoraamento, em 12 de abril de 2019, de dois prédios de construção irregular na comunidade de Muzema, na região da estrada de Jacarepaguá, na cidade do Rio. O sinistro aconteceu um ano após o assassinato de Marielle, com um saldo de dez mortes confirmadas e quatorze pessoas desaparecidas, e a imprensa divulgou a existência de grupos de milícia por trás dessas construções irregulares. (Balanço Geral, RJ, 12/04/2019 e Globo RJ 15/04/2019)

Não há como dissociar este crime contra Marielle da execução cometida contra a juíza Patrícia Lourival Acioli, em 12/08/2011, com 21 tiros, em Niterói. Era a juíza responsável pelo julgamento do processo de execução de pessoas e de corrupção de PMs do Batalhão de São Gonçalo contra membros de comunidades do Rio de Janeiro. Em abril de 2014, três anos após o assassinato da juíza, onze policiais militares, lotados no 7º Batalhão de São Gonçalo, inclusive o seu comandante, foram condenados e cumprem pena de prisão pelo crime. Nos acórdãos que confirmaram as condenações, registrou a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

prisões e nas conversas nas favelas. Seus olhos sempre brilharam. Hoje, vi que aquilo tudo que você fez virou referência no mundo.

Nenhum covarde vai te calar. Seu sorriso, seu abraço e teu amor vou carregar para sempre. Muito obrigado por tudo.

Hoje fui forte, como sempre combinamos. Agora, em casa, desabo. Você foi uma das melhores coisas que tive na vida.

Vou ficar perto da sua família. Te prometo.

Fique em paz.

Amo você!”

“os réus, policiais militares, não apenas planejaram e executaram a morte de uma cidadã proba e mãe de família – o que já traduz uma culpabilidade exacerbada, considerando ser tal conduta a absoluta antítese de suas funções – mas também visaram uma magistrada por conta de sua atuação no cumprimento do dever judicante; e assim agiram para garantir que continuassem extorquindo traficantes, forjando autos de resistência e angariando o chamado ‘espólio de guerra’, cenário que subverte a própria noção de segurança pública e mina o esforço de todo o aparelho estatal no combate ao crime organizado.” (Apelação 1036362-90.2011.8.19.0002, rel. Des. Suimei Meira Cavaleiri, 3ª Câmara Criminal, julgamentos unânimes em 25/11/14 e 04/10/16).

As constantes ameaças que continuam sendo recebidas por juízes que lidam com processos envolvendo o crime organizado – incluindo corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico e milícia - criou a necessidade de sua proteção, motivando o Tribunal de Justiça do Rio a adotar o sistema de “juízes sem rosto”. Eles vão trabalhar em uma vara específica e os casos serão julgados por três juízes, sendo que só na sentença final haverá a assinatura do juiz natural do processo. A novidade foi divulgada em 20 de maio de 2019, pelo presidente do TJ, desembargador Cláudio de Mello Tavares, e deve ser adotada a partir de junho, com a criação da vara especializada, que terá sob sua competência 400 processos ligados ao crime organizado. Haverá rodízio de juízes nessa vara para evitar que eles sejam identificados. (Notícias UOL, Últimas notícias, 20/05/2019)

A execução de Marielle deve ser analisada dentro deste contexto de violência instalada na cidade do Rio de Janeiro, onde quadrilhas de criminosos e milícias enfrentam a legalidade e dominam a população mais vulnerável.

No aspecto social, da mesma forma que Marielle Franco desempenhou a função de representante dos segmentos mais vulneráveis da população, o seu assassinato pode acarretar a ruptura do elo

de conagraamento entre cidadãos participantes, atrasando o aparecimento de novas lideranças na luta por políticas públicas que beneficiem esses grupos. O assassinato dessa vereadora atuante tem, pois, um significado de perda exponencial em prol de um trabalho comunitário e de representação política na cidade do Rio de Janeiro, embora sua obra possa continuar servindo como exemplo.

A relação sociedade versus poder é um dos elementos desta análise e que a ideia de poder tem como pressuposto a soberania. Essa relação do povo com o poder – como fonte do poder e como sujeito do exercício do poder – marcou o trabalho de Marielle, que via a necessidade de fazer as comunidades perceberem a sua importância e a dignidade das pessoas que a compõem. E, desta forma, fazerem assumir seu papel de sujeito da própria história.

O trabalho junto a esses grupos mais vulneráveis para chegarem ao próprio reconhecimento como sujeitos políticos constitui um passo muito grande para dar início à sua participação direta como sujeito do exercício do poder. Nesse único ano de exercício de seu trabalho como vereadora, antes de seu brutal assassinato, Marielle conseguiu jogar as sementes para essa participação, que, eventualmente, poderão ainda render frutos...

No aspecto da segurança pública, que Marielle pretendia aperfeiçoar, a violência representada pelo abuso de poder por algumas autoridades policiais ou de atuação criminosa de membros de organizações ilegais no Rio de Janeiro constitui elemento vinculado com a própria execução da vereadora.

Por estes motivos, fica evidente a motivação para exigir das autoridades constituídas no Estado para acelerarem as averiguações no sentido de descobrirem e indiciarem os autores de seu assassinato, no interesse do retorno da almejada e efetiva segurança pública no Rio de Janeiro!